Educação Patrimonial

Histórico, conceitos e processos

Iphan | 2014

Educação Patrimonial

Histórico, conceitos e processos

Iphan | 2014

Créditos

Presidenta da República do Brasil
Dilma Rousseff

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Presidenta do Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Jurema de Sousa Machado

Diretoria do Iphan
Andrey Rosenthal Schlee
Célia Maria Corsino
Luiz Philippe Peres Torelly
Marcos José Silva Rêgo (interino)
Robson Antônio de Almeida

Redação
DAF – CEDUC
Sônia Rampim Florêncio
Pedro Clerot
Juliana Bezerra
Rodrigo Ramassote

Apoio
Maria Vitória Dutra (pesquisa de imagens e colaboração textual)
Juno Alexandre Carneiro (colaboração textual)

Edição e copidesque
Caroline Soudant
Angélica Torres Lima

Revisão e preparação
Gilka Lemos

Projeto gráfico e diagramação
Cristiane Dias

Sumário

PERCURSO HISTÓRICO 04

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES CONCEITUAIS 18

MACROPROCESSOS INSTITUCIONAIS 28

BIBLIOGRAFIA 42

ANEXOS 44

Percurso Histórico

Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas, e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área.

Cândido Portinari, Antonio Bento, Mario de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, exposição de Portinari no Palace Hotel, Rio de Janeiro, julho de 1936. Foto: Acervo Iphan.

Já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN[1], Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens. A criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi motivada, de um lado, por uma série de iniciativas institucionais regionais e, de outro, por clamores e alertas de intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, veiculados na grande imprensa brasileira.

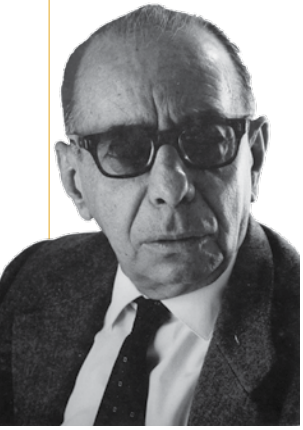
Atendendo à solicitação de Gustavo Capanema, então ministro da Educação, Mário de Andrade, romancista, poeta, pesquisador, àquela altura diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e principal nome da ala paulista do movimento literário modernista, redige, em 1936, documento com vistas à "organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional".

De caráter avançado e inclusivo, assentado na noção de arte (entendida como "a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos"), o anteprojeto sugeria, entre outras coisas, a criação de uma "Seção dos Museus", que ficaria encarregada de organizar os museus nacionais pertencentes ao SPHAN, promover exposições em nível regional e federal e articular-se com congêneres regionais. Em sua concepção, os museus municipais deveriam ser ecléticos, com acervos heterogêneos, e os critérios de seleção das peças ditados pelo valor que representam para a comunidade local.

Também reivindicava a criação de museus técnicos, dedicados à exposição dos conhecimentos e de práticas envolvidas nos sucessivos ciclos econômicos do Brasil, em uma perspectiva histórica:

1. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN) e, em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN. Para fins didáticos, manteremos ao longo do texto a sigla IPHAN, desconsiderando as sucessivas mudanças de nomenclatura.

Mucugê, BA. Foto: Tadeu Gonçalves.



2. A expressão "fase heroica" designa o período de trinta anos em que o IPHAN foi presidido pelo bacharel em Direito, jornalista e funcionário do alto escalão da administração pública Rodrigo Melo Franco de Andrade (Belo Horizonte, MG, 1898 – Rio de Janeiro, RJ, 1969). Com a criação de um Conselho Consultivo e o apoio de uma rede de colaboradores recrutada entre parte dos principais intelectuais modernistas, a política federal de preservação nesses anos se ancorou, sobretudo, na instrução de processos de tombamento de núcleos urbanos, edificações isoladas e bens imóveis, sob o amparo legal do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. É desse período o número mais expressivo de bens acautelados pelo órgão, com particular destaque para a arquitetura religiosa, civil e militar, de estilo barroco. A respeito do assunto, ver FONSECA (2005) e MEC/SPHAN/FNpM (1980).

> [...] Aproveitei a ocasião para lembrar a criação dum desses museus técnicos que já estão se espalhando regularmente no mundo verdadeiramente em progresso cultural. Chamam-se hoje mais ou menos universalmente assim os museus que expõem os progressos da construção e execução das grandes indústrias, e as partes de que são feitas as máquinas inventadas pelo homem. **São museus de caráter essencialmente pedagógico**. Os modelos mais perfeitos geralmente citados são o Museu Técnico de Munich e o Museu de Ciência e Indústria de Chicago. Imagine-se a 'Sala do Café', contendo documentalmente desde a replanta nova, a planta em flor, a planta em grão, a apanha da fruta; a lavagem, a secagem, os aparelhos de beneficiamento, desmontados, com explicação de todas as suas partes e funcionamento; o saco, as diversas qualidades do café beneficiado, os processos especiais de exportação, de torrefação e de manufatura mecânica (com máquinas igualmente desmontadas e explicadas) da bebida e enfim a xícara de café. Grandes álbuns fotográficos com fazendas cafezais, terreiros, colônias, os portos cafeeiros; gráficos estatísticos, desenhos comparativos, geográficos etc. etc. Tudo o que a gente criou sobre o café, de científico, de técnico, de industrial, reunido numa só sala [...] (ANDRADE, apud *Revista do IPHAN*, nº 30, 2002, p. 279 – **grifos nossos**).

Em sintonia com o ideário artístico e ideológico defendido pelo autor, "o sentido dos museus para Mário de Andrade", como explica Mário Chagas, "está na compreensão desses espaços como agência educativa, como veículos de participação da coletividade e como área de convergência de esforços da sociedade civil e dos governos" (CHAGAS, 2006, p. 98).

Ao longo de sua "fase heroica" (1937-1967)[2], é possível afirmar que as iniciativas educativas promovidas pelo IPHAN se concentraram na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do IPHAN desde sua criação até 1967, também apontou, em alguns artigos e discursos, para a importância da educação na preservação do Patrimônio Cultural. Em depoimentos prestados nos últimos anos de sua gestão, ele declarava:

> Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Rodrigo discursando em solenidade a que compareceu o presidente Juscelino Kubitschek. Fotos: Acervo Iphan.

Aloísio Magalhães. Fotos: Acervo Iphan.

3. Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (Recife, PE, 1927 – Pádua, Itália, 1982) foi pintor, *designer*, gravador, cenógrafo, figurinista. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, obtém bolsas do governo francês e norte-americano para se aperfeiçoar nas áreas de museus e artes gráficas. Em 1960, volta ao Brasil e abre um escritório voltado à comunicação visual e desenho industrial e realiza projetos para empresas e órgãos públicos. Com o prestígio amealhado junto à figuras de destaque do governo federal, é nomeado, em 1979, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. Sobre o assunto, consultar FONSECA (2005). E, ainda, MAGALHÃES (1985).

Entretanto, somente a partir de meados da década de 1970 é que a questão foi abordada de modo mais insistente, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, sob a iniciativa de Aloísio Magalhães[3]. Surgido de discussões semanais promovidas por um pequeno grupo envolvendo funcionários do alto escalão do governo federal e do Distrito Federal, aos quais se uniram alguns professores da UnB, o CNRC iniciou suas atividades em junho de 1975, mediante convênio firmado entre a Secretaria da Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.

Em termos amplos, sua proposta se orientava para a atualização da discussão sobre os sentidos da preservação e convergia para a ampliação da concepção de patrimônio para abranger questões como a necessidade de promover modelos de desenvolvimento econômico autônomos, a valorização da diversidade regional e os riscos da homogeneização e perda da identidade cultural da nação.

Aferrado à convicção da necessidade de impedir o esmagamento dos valores da formação cultural brasileira, em meio ao acelerado processo de desenvolvimento econômico e à expansão dos meios de comunicação de massa, o CNRC propugnava a formulação de um sistema de coleta, processamento e divulgação de informações, com o intuito de subsidiar o planejamento de ações e a futura instalação de um sistema de referência básico, e de abrangência nacional, de informações referentes à cultura brasileira. Assim, buscavam-se formas de aproximação com o ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos na dinâmica da produção, da circulação e do consumo de bens culturais, reconhecendo-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também o destino de sua própria cultura.

Embora não tenha atuado diretamente com projetos na área de educação[4], as diretrizes teóricas e conceituais defendidas e o *modus operandi* adotado pelo CNRC favoreceram a instauração de parâmetros renovados para uma interlocução mais abrangente entre processos educacionais e preservação patrimonial. Ao longo dos seus cinco anos de existência, assegurados pela renovação e aditamento do convênio assinado com os órgãos federais, os projetos-pilotos desenvolvidos ou encampados pelo CNRC foram orientados a partir de uma postura interdisciplinar, envolvendo linhas programáticas de pesquisa (distribuídas em quatro grandes categorias: Artesanato, Levantamentos Socioculturais, História da Tecnologia e das Ciências no Brasil, Levantamentos de Documentação sobre o Brasil) e uma metodologia de descrição e análise baseada em levantamentos e mapeamentos, ancorada na noção de "referência cultural"[5].

Extensão de experiências de trabalho e do formato de atuação desenvolvidos no âmbito do CNRC, o *Projeto Interação* foi originalmente apresentado em seminário com representantes de todos os órgãos ligados à então Secretaria da Cultura do MEC, realizado em Brasília em 1981, no documento "Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC". Sua linha programática de número três, intitulada "Interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país", tinha como finalidade desenvolver:

> Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local (BRANDÃO, 1996, p. 293).

4. No volume *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil*: uma trajetória (1980), encontra-se menção a um projeto, desenvolvido pelo CNRC, denominado *Educação e Cultura no Brasil de 1922 a 1945.*

5. A noção de "referência cultural", nas palavras de Fonseca, supõe "a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão, de ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico" (FONSECA, 2012, p. 113).

Projeto Interação. Foto: Acervo Iphan.

Dinâmica de grupo em Recife, PE - Projeto Interação. Foto: Tadeu Gonçalves.

José Silva Quintas.
Foto: Acervo Iphan.

A proposta defendida pelo *Projeto Interação* consistia, de acordo com documentos disponíveis, no apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira. Partia da constatação da ineficácia de propostas pedagógicas que deixavam de levar em conta as especificidades da dinâmica cultural local e não correspondiam às necessidades de seu público-alvo. Em contraposição, procurava relacionar a Educação Básica com os diferentes contextos culturais existentes no país e diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, considerando a ideia de que o binômio cultura-educação é indissociável. Cultura aqui era entendida como:

> [...] processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1983, apud BRANDÃO, 1996, p.47).

Para tanto, contou com a participação de órgãos vinculados à cultura – EMBRAFILME, FUNARTE, Instituto Nacional de Artes Cênicas – INACEN, Instituto Nacional do Livro – INL e Fundação Nacional Pró-Memória, sob a coordenação-geral de José Silva Quintas[6], acompanhado pela Secretaria de Cultura do Ministério da Educação – SEC/MEC, entre os anos 1982 e 1986. Seus idealizadores defendiam a participação da comunidade e dos professores em todos os níveis dos processos educacionais; produção de alternativas pedagógicas e seus respectivos métodos materiais didáticos; inserção de novos conteúdos pautados no fortalecimento das referências culturais. Em suma, propugnavam que o processo educacional

6. José Silva Quintas nasceu na Bahia, em 1944. Mestre em Física, ingressou em 1972 na Universidade de Brasília – UnB, desenvolvendo trabalhos no *campus* avançado. Posteriormente, foi incorporado ao núcleo originário do Centro Nacional de Referência Cultural. Coordenou o *Projeto Interação* entre os anos 1981 e 1986. Sobre o assunto, consultar: Depoimento de José Silva Quintas. In: *Memória Oral*, nº 6. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 1994.

PROJETO INTERAÇÃO – LINHAS DE AÇÃO
Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC

LINHA PROGRAMÁTICA 3: "INTERAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO BÁSICA E OS DIFERENTES CONTEXTOS CULTURAIS EXISTENTES NO PAÍS"*

FINALIDADE:

"Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local".

- O processo educacional como aquele mais amplo do que a escolarização, e que está inserido num contexto cultural específico;
- Que a escola não é o único agente do processo educacional. Associações de classe, religiosas, recreativas, sindicatos, grupos de teatro, de música etc. são outros exemplos de tais agentes;
- Que a comunidade deve participar, ao nível das decisões, do processo educacional em cada contexto cultural específico;
- Que as manifestações culturais compreendem todo o universo de atividades representativas da vida social e econômica da comunidade, não apenas no que se refere às tradições, como também às formas de incorporação, interpretação e recriação de padrões de comportamento.

AS AÇÕES DEVERÃO SER DESENVOLVIDAS OBJETIVANDO:

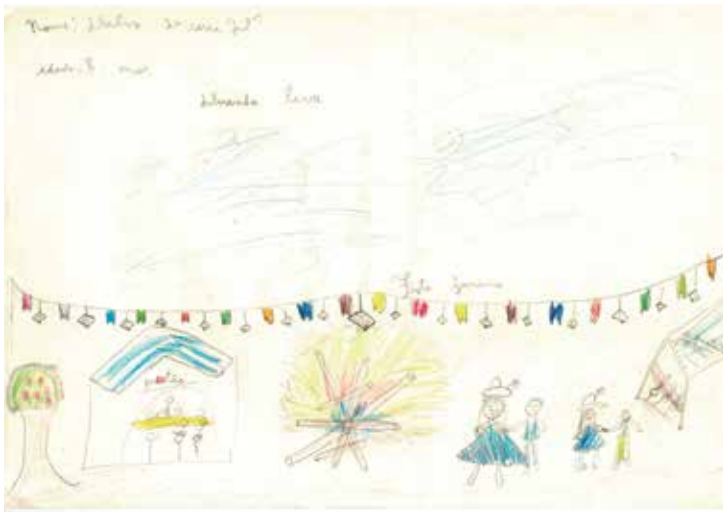
- Estimular e apoiar a participação da comunidade no processo educacional;
- Estimular a participação da escola no processo de conhecimento das manifestações culturais locais, no sentido de fazer com que ela reflita sobre a realidade em que está inserida, passando a utilizá-la como elemento fundamental na elaboração e execução do seu currículo;
- Estimular a utilização de diferentes processos educacionais, como teatro, dança, cinema, música, literatura, artes plásticas, fotografia, desportos, além da utilização de museus, casas históricas, praças e outros, na geração e operacionalização de situações de aprendizagem;
- Incentivar a participação da universidade, através de seus vínculos naturais com a educação básica e com o ensino de 2º grau, no desenvolvimento de ações que se enquadrem na linha programática.

* BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O difícil espelho:* limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1996, p. 293-294.

Dinâmica de grupo em Recife, PE - Projeto Interação. Fotos: Tadeu Gonçalves.

é mais amplo do que a escolarização, não se restringindo ao espaço da escola, mas inserindo-se em contextos culturais e reconhecendo a contribuição de outros agentes educativos.

Em sintonia com o ideário do CNRC, o *Projeto Interação* contestava a uniformidade e homogeneização em favor do reconhecimento das diferenças culturais e defendia uma metodologia de trabalho baseada na observação direta e no acompanhamento técnico periódico das experiências educacionais desenvolvidas. Em parceria com secretarias municipais, estaduais e territoriais de educação e/ou cultura, universidades, centros de estudos e pesquisas, grupos de teatro amador e associações de moradores, o *Projeto Interação* consistiu num exemplo concreto e, em larga medida, precursor dos atuais paradigmas de gestão pública que caracterizam as articulações entre Estado e sociedade civil.



Ilustrações de alunos em atividades promovidas pelo Projeto Interação. Imagens: Acervo Iphan.

Projeto "Conhecer para Preservar", em Pirenópolis, GO. Foto: Tadeu Gonçalves.

Paralelamente, no *1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos*, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, ocorre em 1983 a introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada.

Publicação pioneira na área, seu conteúdo resultou da sistematização dos fundamentos conceituais e práticos de uma série de capacitações itinerantes realizadas pelas autoras, preferencialmente, com técnicos das superintendências do IPHAN, professores e alunos da rede formal de ensino e agentes comunitários, na segunda metade dos anos 1980 e 1990, em diversos contextos e diferentes localidades do país.

A partir de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (a saber: observação, registro, exploração e apropriação), as autoras reivindicam a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas. De acordo com as autoras, Educação Patrimonial consiste em um "processo permanente e sistemático", centrado no "Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo", cuja metodologia se aplica a

> [...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Projeto "Conhecer para Preservar", em Pirenópolis, GO. Foto: Tadeu Gonçalves.

Em decorrência da necessidade de uma maior sistematização das ações educativas no âmbito das políticas de preservação, o IPHAN, por meio de seu setor de promoção, passou a estruturar e consolidar uma área específica voltada para as ações educativas ligadas à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Em 2004, o Decreto nº 5.040/04 cria uma unidade administrativa responsável por promover uma série de iniciativas e eventos com os objetivos de discutir diretrizes teóricas e conceituais e eixos temáticos norteadores, consolidar coletivamente documentos e propostas de encaminhamentos e estimular o fomento à criação e reprodução de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil.

Em 7 de maio de 2009, o Decreto nº 6.844 vincula a Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento – DAF, com o objetivo de fortalecer, na área central do órgão, uma instância dedicada à promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural. Ao sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais, procurou ampliar suas formas de atuação abarcando, de um lado, a noção ampliada de Patrimônio Cultural[7] (presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e nos parâmetros da área de Patrimônio Imaterial, criada por decreto no ano de 2000) e, de outro, os novos modelos de gestão pública que privilegiam a construção coletiva e intersetorial das ações do Estado.

Com a progressiva consolidação e o adensamento institucional da área, em compasso com as inúmeras iniciativas executadas pelas superintendências e instituições ligadas ao IPHAN, uma série de eventos foram promovidos visando construir coletivamente parâmetros de atuação, marcos conceituais, instrumentos legais e parcerias na área de Educação Patrimonial.

7. Conforme as palavras de Gilberto Gil: "(...) pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial." (IPHAN, 2008).

Fandango caiçara, em Guaraqueçaraba, PR. Foto: Felipe Varanda - Iphan.

Com a publicação do Decreto nº 3.551, em 4 de agosto de 2000, instituiu-se o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou-se o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial,* os quais vêm implementando políticas públicas voltadas para o reconhecimento, a valorização e o apoio sustentável aos chamados bens culturais de natureza imaterial. Desde então, ofícios e modos de fazer tradicionais, formas de expressão (musicais, coreográficas, cênicas, literárias e lúdicas), lugares onde se concentram ou se reproduzem práticas culturais e celebrações coletivas passaram a ser, de modo sistemático, objeto de inventários, de proposições de registros e de ações ou projetos de salvaguarda. Conforme define o artigo 2º da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, ocorrida em Paris, em 2003, a expressão patrimônio imaterial designa "[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana" (CURY, 2004, p. 373).

Linha do tempo

1936

Anteprojeto de criação do SPHAN, redigido por Mário de Andrade a pedido de Gustavo Capanema. Perspectiva ampla da noção de patrimônio e interesse na promoção de ações educativas em museus.

1937-1967

Criação do IPHAN.

Fase heroica. As principais frentes de ações educativas eram dadas pelo tombamento de exemplares da arquitetura civil, militar e vernacular e o incentivo a publicações.

1975

Criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, sob o comando de Aloísio Magalhães. Atualização da discussão sobre o sentido da preservação e da ampliação da concepção de patrimônio.

1981

Criação do *Projeto Interação*, proposta de apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileiras.

1999

Publicação do *Guia Básico de Educação Patrimonial.*

2004

Criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos – GEDUC. Primeira instância da área central do IPHAN voltada para a Educação Patrimonial. Para consolidá-la, foi realizada a I Reunião Técnica, em Pirenópolis (GO).

Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP). Reunião para discussão e proposição de parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial do IPHAN nas escolas, nos museus e noutros espaços sociais.

Realização do *I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio,* em Nova Olinda (CE). Organização de mesas-redondas sobre Educação Patrimonial no *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.*

Realização do *Encontro ProExt – Extensão Universitária na Preservação do Patrimônio Cultural – Práticas e Reflexões,* em Ouro Preto (MG).

2005 2008 2009 2011 2013

Realização da *Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais* nas Casas do Patrimônio, quando, pela primeira vez, as diretrizes gerais das Casas do Patrimônio foram debatidas e consolidadas em âmbito coletivo.

II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (II ENEP). Reunião para pactuar as diretrizes no campo de Educação Patrimonial e fortalecer a rede de instituições e de profissionais atuantes na área educacional. Parceria entre MEC e IPHAN para que o tema Educação Patrimonial integrasse o macrocampo Cultura e Artes do *Programa Mais Educação*, de Educação Integral.

Educação Patrimonial:
princípios e diretrizes conceituais

Jogo de futebol nas Ruínas de Alcântara, MA. Foto: Ivo Barreto.

A experiência acumulada de iniciativas bem-sucedidas, bem como o alinhamento com preceitos extraídos das reflexões de educadores e profissionais das ciências humanas, permitem identificar certos princípios norteadores que amplificam a eficácia do reconhecimento e da apropriação dos bens culturais e, por conseguinte, a relevância da implementação dos vários instrumentos legais de proteção do Patrimônio Cultural.

Nos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Ao se adotar a expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país. Não obstante a extrema pertinência e a importância dos resultados alcançados por essas iniciativas, nem sempre se discerne uma orientação programática definida, subjacente a esse conjunto heterogêneo: ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação se acotovelam com propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades; projetos e encontros, materiais de apoio, cadernos temáticos e publicações resultantes de oficinas se misturam a práticas significativas em que esses materiais não constituem um fim em si mesmo; ao contrário, compõem partes de processos educativos.

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

Sua formulação decorre de um longo processo de debates institucionais, aprofundamentos teóricos e avaliações das práticas educativas voltadas à preservação do Patrimônio Cultural e, ao mesmo tempo, ampara-se em uma série de premissas conceituais.

Anica, Caixeira do Divino, Alcântara, MA. Foto: Ivo Barreto.

Comunidades: participantes efetivas das ações educativas

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações – modelo designado por Paulo Freire como "educação bancária" (FREIRE, 1970).

Para tanto, as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais. Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente.

Caixeiras do Divino, Alcântara, MA. Foto: Acervo Iphan.

Catedral de Brasília, DF. Foto: Ivo Barreto.

Bens culturais inseridos nos espaços de vida das pessoas

Na mesma direção, é fora de dúvida que as experiências educativas são mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas. Em outras palavras, devem fazer sentido e ser percebidas nas práticas cotidianas. Em lugar de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor em si mesmo, em um processo de reificação, as políticas públicas na área deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados. Nas palavras de Carlos Rodrigues Brandão, consultor do *Projeto Interação* nos anos 1980:

> Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significante provoca e desafia (BRANDÃO, 1996, p.51).

Qualquer que seja a ação implementada ou o projeto proposto, sua execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens. Nesse processo, cabe aos poderes públicos exercer o papel de mediador da sociedade civil, contribuindo para a criação de canais de interlocução que se valem, em especial, de mecanismos de escuta e observação.

Educação Patrimonial como processo de mediação

Interessante para a atuação na área de Educação Patrimonial é o conceito de mediação, cunhado pelo psicólogo e educador russo Lev Vygotsky. Em *Pensamento e Linguagem* (1998), ele mostra que a ação do homem tem efeitos que mudam o mundo e efeitos exercidos sobre o próprio homem: é por meio dos elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores (PPS), ou Cognição.

Vygotsky considera que os PPS se desenvolvem durante a vida de um indivíduo, a partir da sua atuação em situações de interação social, da qual participam instrumentos e signos que o levam a se organizar e estruturar seu ambiente e seu pensamento. Os instrumentos e signos, social e historicamente produzidos, em última instância, mediam a vida.

Os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante, porque tudo é aprendido por meio dos pares que convivem nesses contextos. Dessa maneira, não somente práticas sociais e artefatos são apropriados, mas também os problemas e as situações para os quais eles foram criados. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir e pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo.

Indígena Wajãpi, AP. Foto: Acervo Iphan.

Ouro Preto, MG. Foto: Ivo Barreto.

Patrimônio Cultural: um campo de conflito

Sabe-se que as políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acauteladas. Situação determinada, entre outras causas, pelo assimétrico e desigual processo de desenvolvimento socioeconômico que, por um lado, expande o regime da grande propriedade rural e da agricultura intensiva; por outro, determina uma urbanização caracterizada por grandes concentrações metropolitanas, que estimulam o processo de especulação imobiliária, gerando a substituição de edificações e espaços sociais, a segregação de populações e a limitação do usufruto dos ambientes públicos e comunitários.

Esse quadro acaba por originar um desequilíbrio de representatividade em termos da origem étnica, social e cultural, o que provoca, por sua vez, uma crise de legitimidade e uma baixa identificação da população, em alguns casos, com o conjunto do que é reconhecido oficialmente como Patrimônio Cultural nacional. Nesse sentido, é fundamental conceber as práticas educativas em sua dimensão política, a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais.

Desse ponto de vista, ao assumir funções de mediação, as instituições públicas devem, mais do que propriamente determinar valores *a priori*, criar espaços de aprendizagem e interação que facultem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio. Sua função primordial é mediar todo tipo de processo de patrimonialização, encaminhando demandas e intervindo em questões pontuais e estratégicas, sempre se pautando pelo respeito à diversidade sociocultural.

Aldeia Enawênê Nawê, MT. Foto: Acervo Iphan.

Territórios como espaços educativos

Paulatinamente, as políticas educativas foram se afastando de ações centradas em acervos museológicos e restritas a construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educacionais. Seus efeitos se potencializam quando conseguem interligar os espaços tradicionais de aprendizagem a equipamentos públicos, como centros comunitários e bibliotecas públicas, praças e parques, teatros e cinemas. Tornam-se também mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas e articuladas a práticas cotidianas e marcos de referências identitárias ou culturais de seus usuários. De acordo com as considerações da pedagoga Jaqueline Moll,

> [...] a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida (MOLL, 2009, p. 15).

De igual maneira, é interessante evocar a Lei de Diretrizes e Bases, a LDB – 9.394/96, que prevê em seu art. 1º:

> A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Intersetorialidade das políticas públicas

Outro fator importante para a ampliação das possibilidades de ações educativas de preservação e valorização do Patrimônio Cultural é o estabelecimento de vínculos das políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, favorecendo o intercâmbio de ferramentas educativas para enriquecer o processo pedagógico a elas inerente. Dessa forma, são possíveis a otimização de recursos na efetivação das políticas públicas e a prática de abordagens mais abrangentes e intersetoriais, compreendendo a realidade como lugar de múltiplas dimensões da vida.

Pescador, Paraty, RJ. Foto: Ivo Barreto.

Mosaico CEDUC. Foto: Inara Vieira.

Educação Patrimonial: uma abordagem complexa

Como se vê, as ações educativas requerem uma aproximação mais complexa e integrada das realidades sociopolíticas do fenômeno da cultura. Complexa, aqui, tem o sentido apontado por Edgar Morin:

> *Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis, constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (MORIN, 2005, p. 38).

É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo –, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios.

Não se trata, portanto, de limitar as vivências simbólicas e educativas a um único contexto cultural específico. Não se trata de cair em um "localismo esterilizante" (BRANDÃO, 1996, p. 73), onde todos os processos de aprendizagem se realizam em seus limites e com seus exemplos. Trata-se, ao contrário, de partir das referências culturais locais para, por meio delas, acessar processos sociais e culturais mais amplos e abrangentes, em um registro no qual cada sujeito, a partir de seu repertório de referências, possa compreender e refletir, tanto sobre contextos inclusivos quanto sobre a diversidade cultural que o cerca.

Foram apresentados aqui alguns pressupostos, no intuito de inspirar os que trabalham, refletem e agem em torno do tema Educação Patrimonial. O movimento de recuperar, valorizar e ressignificar a trajetória seguida por outros – que, a seu modo e em outros tempos, se debruçaram sobre a importante tarefa de encontrar ferramentas para valorizar e preservar a memória e o Patrimônio Cultural brasileiro – é fundamental para a construção coletiva de uma nova percepção das ações educativas nesse campo.

Macroprocessos institucionais

Grafite em Olinda, PE. Foto: Ivo Barreto.

A política de Educação Patrimonial do IPHAN está estruturada em três eixos de atuação:

a) Inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal. É de essencial importância levar a reflexão sobre a preservação do patrimônio à rede formal de ensino. Assim, duas principais estratégias vêm sendo utilizadas por meio de parceria com o Ministério da Educação: no âmbito da educação básica, o *Programa Mais Educação* possibilitou a incorporação da atividade de Educação Patrimonial na perspectiva da educação integral; na educação superior, a aproximação se deu por meio do *Programa de Extensão Universitária* – ProExt, que dispõe de uma linha temática voltada ao Patrimônio Cultural.

b) Gestão compartilhada das ações educativas. A principal estratégia é o fomento à Rede Casas do Patrimônio, que busca reconhecer o protagonismo local das ações educativas de valorização do Patrimônio Cultural articulando agentes e instituições que possuam envolvimento com o tema e com os bens culturais. Procura-se, ainda, ampliar a capilaridade e privilegiar ações descentralizadas de uma política pública de Educação Patrimonial, em uma perspectiva de construção coletiva que envolva as três instâncias de governo.

c) Instituição de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial. Em razão da ampliação do conceito de patrimônio e da multiplicação de ações educativas em todo o país, há necessidade de normatizar e garantir o cumprimento de diretrizes mínimas da Política Nacional de Educação Patrimonial. Essas diretrizes foram consolidadas nos seguintes documentos: *Carta de Nova Olinda* (2009), *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural* (2009) e *Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial* (2011).

Terreiro de preparo de adobe, Alcântara, MA. Foto: Ivo Barreto.

Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial, Brasília, Brasil, 2010. Foto: Sônia Rampim Florêncio.

Programa de Extensão Universitária – ProExt

Criado pelo Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, o *Programa de Extensão Universitária – ProExt* é coordenado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC e tem como objetivo apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas com ênfase na inclusão social. Por meio de editais públicos anuais, a ideia é que os estudantes e professores das instituições de ensino superior passem a atuar de maneira integrada às políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, de forma a contribuir para o reforço da cidadania, bem como interagir com o conjunto de experiências e saberes das comunidades nas quais as universidades estão inseridas.

Como se sabe, a realização de ações de extensão nas universidades possui respaldo na Lei n 10.172/01, que aprovou o Plano Nacional de Educação, em 9 de janeiro de 2001. Em seu item 23, está previsto que "no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País seja reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas". Além disso, a extensão universitária está prevista no artigo 207 da Constituição Federal, que estabelece que as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 2009, foi disponibilizado 1 milhão de reais para a linha temática de patrimônio, o que resultou na aprovação de 28 propostas distribuídas nas diversas áreas de atuação do IPHAN. Em 2010, 2 milhões de reais foram aplicados na execução de 39 projetos. Em 2011, 6,6 milhões foram aplicados na execução de 74 propostas aprovadas. Em 2012, 44 propostas aprovadas foram contempladas com cerca de 5 milhões de reais. Em 2013, 37 propostas foram aprovadas na linha temática, somando aproximadamente 4 milhões de reais.

Nessa perspectiva, a partir de 2009, o IPHAN mantém parceria com o MEC na elaboração anual do edital ProExt e na avaliação de propostas da linha temática de "Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro". Assim como o IPHAN, diversos ministérios, secretarias e autarquias têm sido desde então instados pelo MEC a contribuir na elaboração do edital, transformando a ação extensionista universitária em prioridade de suas políticas públicas.

A parceria entre o IPHAN e as universidades por meio das ações de extensão é um caminho promissor para a promoção e a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, pois pretende estimular a participação e o envolvimento de outros agentes capazes de se associar à política de reconhecimento, promoção e proteção ao patrimônio. Dada a extrema capacidade técnica e de inovação das instituições de ensino superior públicas, que começam a se envolver sistematicamente com a extensão voltada à preservação do Patrimônio Cultural, a parceria IPHAN – MEC segue estratégica e potencialmente transformadora das políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural.

Em 2013, foi realizado o Seminário *ProExt – Extensão Universitária na Preservação do Patrimônio Cultural – Práticas e Reflexões*, com o objetivo de refletir sobre possíveis encaminhamentos que aperfeiçoem a parceria institucional. O principal resultado do encontro foi permitir a instauração de uma rede de agentes extensionistas na área de Patrimônio Cultural.

ProExt – Oficina Pamin II, PB. Foto: Arquivo ONG Fé e Alegria.

Crianças em Alcântara, MA. Foto: Ivo Barreto.

Programa Mais Educação

O *Programa Mais Educação* é uma estratégia do governo federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. É operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC, por meio do *Programa Dinheiro Direto na Escola* – PDDE. As atividades fomentadas são organizadas em macrocampos que envolvem temas associados às políticas federais desenvolvidas pelos ministérios parceiros, como o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente e a Controladoria Geral da União, entre outros.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Trata-se da construção de uma ação intersetorial das políticas públicas educacionais e sociais que visa contribuir tanto para a diminuição das desigualdades educacionais quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira – reconhecendo que a educação deve ser pensada para além dos muros da escola e considerando a cidade, o bairro e os bens culturais como potencialmente educadores, eles próprios.

O Programa envolve escolas das redes municipais e estaduais em contextos diversos, como escolas rurais e indígenas, escolas em áreas de pobreza e em zonas metropolitanas. O MEC prioriza a inserção das escolas de acordo com alguns critérios: baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, grande número de alunos que recebem benefício do *Programa Bolsa Família,* escolas em áreas de vulnerabilidade social e municípios que fazem parte do *Brasil sem Miséria.*

A Educação Integral está presente na legislação educacional, nos artigos 205, 206 e 227 da Constituição Federal; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 9.089/1990); na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), nos artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.179/01) e no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (Lei nº 11.494/2007).

A parceria entre IPHAN e MEC foi iniciada em 2011, quando a Educação Patrimonial passou a integrar o macrocampo Cultura e Artes, na ocasião do *II Encontro Nacional de Educação Patrimonial – II ENEP*, realizado em Ouro Preto (MG), em julho de 2011. Coube ao IPHAN propor uma atividade específica de Educação Patrimonial, articulando os princípios do *Programa Mais Educação* com as diretrizes da política de Educação Patrimonial.

A partir do conceito de espaço educativo, evitando adotar uma metodologia uniforme que não levasse em consideração os diferentes contextos culturais do país, pensou-se em uma proposta que possibilitasse um mapeamento inicial das referências culturais e potencialidades educativas que estão imersas na realidade escolar – um inventário pedagógico do patrimônio local.

Ruínas de Alcântara, MA. Foto: Ivo Barreto.

O inventário traz um conjunto de fichas para organizar e reunir informações sobre o Patrimônio Cultural local, partindo do olhar dos estudantes. As categorias utilizadas para classificar os diversos bens culturais – Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes – se baseiam nas categorias que o próprio IPHAN/MinC adota em seus trabalhos de identificação e reconhecimento do Patrimônio Cultural do Brasil.

A atividade do inventário pedagógico do patrimônio local está disponível para *download* nos *sites* do IPHAN e MEC e pode ser desenvolvida por qualquer interessado, mesmo que não esteja em escola vinculada ao *Programa Mais Educação.*

Ao escolher o projeto sobre Educação Patrimonial, a escola inserida no Programa receberá recursos do *Programa Dinheiro Direto na Escola* – Educação Integral para aquisição de equipamentos audiovisuais. Dessa forma, poderão elaborar e divulgar os inventários produzidos.

Serão máquinas fotográficas com a função filmagem; gravadores de áudio digital (MP3); HD externo; tripé de câmera; cartucho colorido de impressora ou apoio para serviço de impressão; fichas para o inventário, além de mil reais como apoio para as saídas de campo e outros setecentos reais para produzir exposições, encontros, rodas de memória, mostras de filmes e mais, a partir dos resultados do inventário.

As escolas que aderem ao *Mais Educação* devem designar um professor comunitário para coordenar o Programa na escola e ainda podem contratar monitores, com base na Lei do Voluntariado (Lei nº 9.608/1998), para a execução das atividades escolhidas.

O IPHAN está disponível para contribuir com as escolas que escolherem a atividade de Educação Patrimonial, tanto nas fases de planejamento e execução dos inventários quanto na promoção de seus resultados.

Capa do *Inventário Pedagógico Mais Educação*. Imagem: Acervo CEDUC.

POR QUE A ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO?

É possível estimular um novo olhar para a escola e o território no qual está inserida a partir da ideia de torná-los espaços educativos. Os patrimônios culturais que estão na escola e em seu entorno certamente podem ajudar nessa transformação.

ESPAÇO EDUCATIVO É...

Excertos de texto de autoria de Ana Beatriz Goulart de Faria, extraídos da publicação *Cadernos pedagógicos*, do Programa Mais Educação (MEC):

> Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente [...]. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra [...] o espaço não é educativo por natureza, mas ele pode tornar-se educativo a partir da apropriação que as pessoas fazem dele, ou seja, o espaço é potencialmente educativo. E o arranjo destes espaços não deve se limitar a especialistas (arquitetos, engenheiros...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar (FARIA, 2010, p. 25).

Oficina em Pirenópolis, GO. Foto: Ivo Barreto.

Casas do Patrimônio

Com o objetivo de ampliar a capilaridade institucional do IPHAN e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do Patrimônio Cultural, as Casas do Patrimônio se fundam na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento, de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais.

Sua proposta integra-se à construção de um novo marco institucional para o IPHAN, debatido internamente ao longo do ano de 2007. O resultado das discussões veio a público na *Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio*, ocorrida em Pirenópolis (GO), em 2008, em que as diretrizes gerais foram debatidas e consolidadas em âmbito coletivo. No ano seguinte, ocorreu o *1º Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio*, em Nova Olinda (CE), resultando na formulação da *Carta de Nova Olinda*.

Longe de se restringir à instalação de uma estrutura física, as Casas do Patrimônio constituem, antes, um desafio: ampliar os espaços de diálogo com a sociedade a partir da Educação Patrimonial, multiplicando locais de gestão compartilhada e de construção das políticas públicas de Patrimônio Cultural. É o primeiro passo para transformar as sedes do IPHAN e instituições parceiras da sociedade civil em polos de referência sobre o Patrimônio Cultural, fomentando a criação de novas práticas de preservação, sobretudo por meio de ações educacionais formais e não formais, em parceria com escolas, agentes culturais, instituições educativas não formais e demais segmentos sociais e econômicos.

Partindo da ideia de que o patrimônio é um eixo de desenvolvimento local sustentável, capaz de gerar renda e oportunidades econômicas para a população, a proposta pretende, de um lado, dialogar com as atividades e rotinas administrativas da instituição e, de outro, promover ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e da sociedade civil. Para tanto, as Casas do Patrimônio devem atuar de maneira articulada com outros setores governamentais, especialmente nas áreas de educação, cultura, cidades, justiça, turismo e meio ambiente.

Não há um programa de atividades e de estrutura padronizados. Cada caso exigirá um arranjo próprio em função das características do local e de seus equipamentos, da existência e capacitação dos profissionais, do nível de interação com o poder público e demais agentes sociais. A adequação da proposta às singularidades de cada cidade ou região é vital para o seu êxito. É importante centrar o foco em parcerias com grupos, organizações e projetos locais de ações educativas.

ENTRE OS OBJETIVOS DAS CASAS DO PATRIMÔNIO, ESTÃO:

> Articular coletivamente as representações do IPHAN nas unidades da federação, as instituições da sociedade civil e os poderes públicos municipais e estaduais, instaurando espaços de debate e reflexão sobre o Patrimônio Cultural;

> Difundir informações sobre a ação institucional do IPHAN de forma acessível ao público;

> Estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais;

> Promover oficinas para estudantes, educadores da rede pública municipal e estadual centradas na interface Patrimônio e Educação, com a finalidade de que venham a atuar como multiplicadores desse novo enfoque;

> Garantir práticas educativas multi/transdisciplinares, com abordagens transversais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério da Educação;

> Promover a valorização das comunidades, bem como contribuir para sua inserção técnica, tecnológica e digital, por meio de oficinas educativas que utilizem ferramentas de audiovisual, por exemplo;

> Identificar agentes locais responsáveis por ações educativas;

> Buscar temas geradores significativos para a valorização do Patrimônio Cultural das diferentes comunidades;

> Valorizar ações educativas que promovam a interface entre as diferentes áreas e dimensões do Patrimônio Cultural;

> Garantir um espaço de trocas de experiências envolvendo iniciativas de Educação Patrimonial.

Espera-se que as Casas do Patrimônio sejam articuladoras das ações educativas e de aproximação com as comunidades locais, exercendo papel determinante na gestão compartilhada da preservação do Patrimônio Cultural. O direito à diversidade e à memória, individual e coletiva, também deve ser valorizado. Dessa forma, amplia-se a disseminação de um novo conceito de Patrimônio Cultural, mais próximo das pessoas e de suas referências.

As Casas do Patrimônio devem envolver todos os segmentos sociais, na esfera pública e privada, que estejam comprometidos com a proteção e difusão do Patrimônio Cultural, com especial ênfase em:

1. Escolas e instituições de ensino;
2. Associações de moradores;
3. Coletivos não formalizados;
4. Grupos detentores de bens culturais protegidos;
5. Organizações da sociedade civil;
6. Instituições de Ensino Superior.

As premissas básicas para a implantação de uma Casa do Patrimônio são:

> A realização de ações educativas, de promoção e de fomento que articulem as áreas de Patrimônio Cultural com outros campos da ação pública;

> O estímulo à participação da população na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do Patrimônio Cultural;

> A promoção permanente de oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à qualificação de profissionais para atuar na área;

> A disponibilidade de espaços para o intercâmbio e difusão de conhecimentos;

> A manutenção e disponibilização de acervos e de informações sobre o patrimônio para acesso da população;

> O fomento e fortalecimento da atuação em redes sociais de cooperação institucional e com as comunidades;

> O reconhecimento da importância da preservação do Patrimônio Cultural.

COMO IMPLANTAR UMA CASA DO PATRIMÔNIO?

Todas as unidades do IPHAN vêm trabalhando para se tornar Casas do Patrimônio. O objetivo do projeto é fomentar um desenho organizacional baseado em princípios de gestão em rede das ações educativas de valorização do Patrimônio Cultural. Nessa direção, os componentes da rede estão conectados de maneira auto-organizada, destituída de hierarquia, em constante expansão, não-linear e horizontal.

Vale do Gramame, João Pessoa, PB - Foto: Cecilia Bandeira.

Além das unidades do IPHAN, instituições da sociedade civil também podem se integrar à Rede Casas do Patrimônio. Os responsáveis pela entidade devem participar de edital de seleção da Rede de Casas do Patrimônio coordenado pelo setor de Educação Patrimonial do IPHAN. Podem participar dos editais de seleção pública pessoas jurídicas de direito privado de natureza cultural e sem fins lucrativos, como associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas, bem como organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e organizações sociais (OS), sediadas e com atuação comprovada na área cultural de, no mínimo, três anos em seu respectivo estado e/ou município.

Fique atento ao *site* do IPHAN para mais informações sobre o Projeto Casas do Patrimônio.

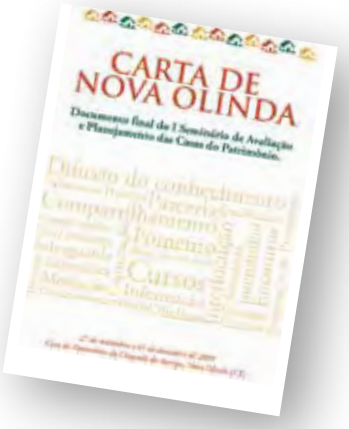
A concepção de rede aqui delineada se inspira na experiência da rede de educação ambiental descrita na publicação Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-gestão. Brasília: WWF-Brasilia, 2004, de autoria de Cássio Martinho. Para maiores informações, acesse: www.wwf.org.br.

Marcos Programáticos na Política de Educação Patrimonial

Desde 2009, a Coordenação de Educação Patrimonial vem sistematizando resultados de encontros e seminários, com vistas a definir entendimentos institucionais em seu campo de atuação:

I SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DAS CASAS DO PATRIMÔNIO

Período: 27 de novembro a 01 de dezembro de 2009
Local: Nova Olinda - CE



O objetivo do Seminário foi avaliar a atuação das primeiras Casas do Patrimônio e elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, como também propor ao IPHAN a criação de instrumentos legais e administrativos que garantissem a sustentabilidade da proposta. Estiveram presentes ao evento representantes e colaboradores do IPHAN e de algumas das Casas do Patrimônio.

Produto: Redação da Carta de Nova Olinda

I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Período: 13 a 16 de dezembro de 2009
Local: Ouro Preto - MG

As mesas-redondas de Educação Patrimonial do Fórum, intituladas Educação Patrimonial no Sistema Nacional de Patrimônio, objetivaram identificar: a) os desafios para a formulação da Política Nacional de Educação Patrimonial; b) os desafios para a estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio, no que concerne à Educação Patrimonial; c) potencialidades e parcerias estratégicas para a formulação de políticas de Educação Patrimonial; d) ações estratégicas que devem ser implementadas em curto prazo.

Produto: Relatório das mesas 03 - Educação Patrimonial: perspectivas de interação e ação nas comunidades; e 13 – Educação Patrimonial: perspectivas de inserção na educação formal.

I ENEP, São Cristóvão, SE - Foto: Nalva Santos.

I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Período: 12 a 17 de setembro de 2005
Local: São Cristóvão - SE

O 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP), ocorrido em São Cristóvão-SE, com representantes de diversas instituições envolvidas com o tema, teve como objetivo a discussão e proposição de parâmetros nacionais para ações de educação patrimonial do IPHAN nas escolas, museus e sociedade. Representou, para a recém-criada Gerência de Educação Patrimonial (Geduc), uma ocasião de balanço retrospectivo da experiência acumulada dentro do órgão e, ao mesmo tempo, a definição de novas diretrizes e estratégias para uma política institucional para a área.

Produto: Relatório final contendo os 13 pontos acordados e que serviriam de orientação para o desenvolvimento da política nacional.

II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL

Período: 17 a 21 de julho de 2011
Local: Ouro Preto - MG

O encontro teve como objetivo a consolidação de uma rede de agentes educadores no campo do Patrimônio Cultural e a formatação pactuada da Política Nacional de Educação Patrimonial. Ao reunir técnicos do IPHAN, representantes da Rede Casas do Patrimônio e outros agentes comprometidos com programas, projetos e ações nessa área de atuação, o evento procurou traçar estratégias para a construção e implementação de uma política nacional.

Produto: Texto base para uma política nacional no âmbito da Educação Patrimonial: eixos temáticos, diretrizes e ações.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura, Educação e Interação: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] *O difícil espelho*: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

_____ [et al.]. *O difícil espelho*: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Editora do Senado, 1988.

CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu*: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DEPOIMENTO de José Silva Quintas. In: *Memória Oral*, nº 6. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 1994.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. *Cadernos pedagógicos*: territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade. Ministério da Educação (MEC): agosto, 2010.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. "Educação Patrimonial: um processo de mediação". In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial:* reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. (Caderno Temático 2).

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: *Políticas sociais*: acompanhamento e análise, 2012. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3305>. Acesso em: 10 jan.2014.

_____. *O Patrimônio em Processo:* trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MINC-IPHAN, 2005.

FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1.,2009, Ouro Preto/MG. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília/DF: Iphan, 2012. t.2.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?:* a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARTINHO, Cássio. *Redes*: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-gestão. Brasília: WWF-Brasil, 2004.

PROTEÇÃO *e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil*: uma trajetória. Brasília: SPHAN/FNpM, 1980.

MOLL, Jaqueline. Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral. In: *Pátio*: revista pedagógica, Porto Alegre, V.8, N.51, ago./out., 2009.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2005.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. *Educação Patrimonial no Iphan* - Monografia (Especialização) Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, 2011.

PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL. Brasília: IPHAN/DPI, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A formação social da mente*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bibliografia de Apoio

BARRETO, Euder Arrais [et. al.]. *Patrimônio cultural e educação*: artigos e resultados. Goiânia, 2008.

EDUCAÇÃO *Patrimonial*: orientações ao professor. Caderno Temático 1. João Pessoa: IPHAN-PB, 2011.

FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre (Org.) *Sentidos urbanos:* patrimônio e cidadania, 2009.

FÓRUM Juvenil do Patrimônio Mundial, Brasília, Brasil, 2010. *Resultados* [sl: sn, 2010]

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação*. Brasília: IPHAN, 2007.

JEKER, Ana Elizabeth; SEGALA, Lygia. *Brincando, fazendo e aprendendo*. Rio de Janeiro: Memórias Futuras; Brasília: FNDE, 1985.

REZENDE, Maria Beatriz (Coord.). *Patrimônio e leitura*: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.

_____. *Patrimônio e leitura*: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil 2. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2009.

SANTOS, Magaly de Oliveira Cabral. Memória, patrimônio e educação. In: *Resgate:* Revista Interdisciplinar de Cultura – Memória e Patrimônio: Territórios e Cenários de Lembranças, Campinas, n. 13, p. 35-42, 2004.

SCIFONI, Simone. *Bom Retiro:* memória urbana e patrimônio cultural – coletânea de textos para Educação Patrimonial. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007.

TELLES, Lucila Silva. *O programa educativo do CNFCP (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular)*. Textos escolhidos de cultura e arte populares, v. 3. Rio de Janeiro: UERJ/Instituto de Artes, 2006.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial:* reflexões e práticas. Caderno Temático 2. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

Anexos

Anexo I

CARTA DE NOVA OLINDA – CASAS DO PATRIMÔNIO

Em 1º de dezembro de 2009.

Reunidos na Fundação Casa Grande – Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe – entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2009, os participantes do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio tornam público o documento final do encontro.

O objetivo do I Seminário foi avaliar a atuação das primeiras Casas do Patrimônio e elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, como também propor ao IPHAN a criação de instrumentos legais e administrativos que garantam a sustentabilidade da proposta. Estiveram presentes ao evento representantes e colaboradores do IPHAN e das seguintes Casas do Patrimônio, implantadas durante o ano de 2009: Centro de Referência do Samba de Roda em Santo Amaro - BA; Casa da Baronesa, Ouro Preto - MG; Casa do Patrimônio de Iguape - SP; Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, Nova Olinda - CE; Casa do Patrimônio de João Pessoa - PB; e Casa do Patrimônio de Recife - PE.

Vale dizer que esse documento representa a culminância de um conjunto de investimentos que a área de Promoção do IPHAN vem fazendo desde o ano 2000, no sentido de estruturar e consolidar um campo de trabalho para as ações educativas voltadas para o conhecimento e a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Nesse processo, merecem menção numerosas iniciativas de Educação Patrimonial implementadas pelas superintendências e instituições ligadas ao IPHAN e por diferentes organizações da sociedade civil.

Tais experiências e iniciativas alimentaram a reflexão e a construção coletiva, que se traduziram em documentos e propostas consolidados a partir dos eventos promovidos pela Coordenação de Educação Patrimonial, entre os quais destacaram-se:

> a Reunião Técnica realizada em Pirenópolis - GO, em 2004, congregando todas as superintendências do IPHAN, considerada o marco institucional no sentido de tentar organizar e estabelecer uma ação coordenada no campo das ações de Educação Patrimonial;

> o 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP), realizado em São Cristóvão - SE, em 2005, em que se buscou discutir e propor parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas, nos museus e na sociedade civil;

> os diversos cursos sobre Educação e Patrimônio Cultural, organizados por diferentes universidades do país; e, por fim,

> a Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, realizada em 2008, em Pirenópolis - GO, que resultou na elaboração de diretrizes para a atuação das Casas do Patrimônio.

CONSIDERANDO QUE,

1. a proposta das Casas do Patrimônio se fundamenta na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o IPHAN, a sociedade e os poderes públicos locais, pois, além de informar e dialogar sobre as atividades e rotinas administrativas da instituição, pretende investir em ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e privados e de promoção do Patrimônio Cultural como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, capaz de gerar renda a partir de noções ampliadas de patrimônio;

2. as ações educativas a serem implementadas nas Casas do Patrimônio se estruturam a partir de diferentes perspectivas e abordagens, balizadas pelos seguintes binômios, que ao mesmo tempo se confrontam e se complementam:

> um patrimônio considerado nacional x um patrimônio caracterizado como simbólico e identitário,

> um patrimônio herdado x um patrimônio reivindicado,

> um patrimônio material x um patrimônio imaterial,

> um patrimônio ligado ao Estado x um patrimônio social, étnico ou comunitário;

3. para a multiplicação do entendimento desse conceito é essencial, no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, a utilização de noções ampliadas de patrimônio, de museologia social e crítica, de educação dialógica, e de arte e cultura;

4. também se faz necessária a construção coletiva de um novo protagonismo entre instituições governamentais e não governamentais, priorizando a formulação de diretrizes básicas de ações educativas que permitirão ao IPHAN mediá-las junto à sociedade, resultando na construção de uma noção compartilhada de Patrimônio Cultural que facilite abordá-lo em sua diversidade;

5. os participantes do seminário pactuaram a construção da rede das Casas do Patrimônio e, em corresponsabilidade, adotaram o conceito e o conjunto de premissas básicas, objetivos e recomendações expostos a seguir.

CONCEITO

A Casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do Patrimônio Cultural.

PREMISSAS BÁSICAS

> Garantia de um espaço para colaboração de saberes e difusão do conhecimento.

> Realização, promoção e fomento das ações educativas e articulação das áreas de Patrimônio Cultural, meio ambiente e turismo, entre outros campos da ação pública.

> Manutenção e disponibilização das informações e acervos sobre o patrimônio para acesso da população.

> Estímulo à participação da população na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do Patrimônio Cultural.

> Promoção permanente de oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à qualificação de profissionais para atuar na área.

> Fomento e fortalecimento da atuação em redes sociais de cooperação institucional e com a comunidade.

> Reconhecimento da importância da preservação do Patrimônio Cultural.

OBJETIVOS

> Criar canais de interlocução com a sociedade e com os setores públicos responsáveis pelo Patrimônio Cultural.

> Identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural.

> Incentivar a participação social na gestão e proteção dos bens culturais.

> Incentivar a associação das políticas de Patrimônio Cultural ao desenvolvimento social e econômico.

> Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos profissionais e gestores da área, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais.

> Fomentar a apropriação, manutenção e valorização da identidade e dos aspectos históricos, culturais, artísticos e naturais locais, territoriais, regionais, nacionais e internacionais, em prol do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida.

ESTRATÉGIAS

> Mapeamento dos investimentos e políticas de fomento consonantes com as noções ampliadas de patrimônio, museologia social, educação dialógica, arte e cultura no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

> Educação Patrimonial como tema transversal e interdisciplinar.

> Elaboração de regimento próprio para cada Casa do Patrimônio.

> Plano de trabalho continuado.

> Articulação e aglutinação de ações educativas junto à comunidade.

> Elaboração de plano de comunicação nacional, estadual e municipal para as Casas do Patrimônio.

> Envolvimento das instituições educacionais formais e informais nos processos de Educação Patrimonial.

> Envolvimento de artistas, agentes e instituições culturais nos processos de Educação Patrimonial.

> Garantia da manutenção do conceito gerador para o fortalecimento da identidade do projeto Casas do Patrimônio.

> Garantia de autonomia à gestão local.

> Promoção de ações de sensibilização e aproximação para estimular o protagonismo dos atores sociais.

> Articulação da rede das Casas do Patrimônio com as redes já estabelecidas, tanto pelo Ministério da Cultura como pelos demais parceiros a serem mapeados.

> Articulação com instituições de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e convênios.

> Adoção de modelos de gestão do Patrimônio Cultural que tenham como perspectiva uma proposta de colaboração de saberes.

> Estímulo aos estados e municípios para a criação de instrumentos legais que garantam suas participações continuadas nas Casas do Patrimônio.

> Construção de uma rede integrada das Casas do Patrimônio e de instrumentos de operacionalização e manutenção, como se verá no próximo item.

FORMAÇÃO DA REDE DAS CASAS DO PATRIMÔNIO

> Criação do portal virtual integrado das Casas do Patrimônio.

> Visitas/missões técnicas periódicas entre Casas do Patrimônio para troca de experiências, incluindo estágios e residências criativas para colaboração de saberes.

> Circulação de informações, produtos editoriais e exposições.

> Fórum permanente de debate, com encontros presenciais periódicos.

> Seminário nacional, de periodicidade anual, para avaliação da atuação das Casas do Patrimônio.

> Criação de banco de ações referenciais em Educação Patrimonial.

ASPECTOS ESTRUTURAIS

> Criação da Política Nacional de Educação Patrimonial.

> Definição de instrumentos jurídicos e normativos para as Casas do Patrimônio.

> Criação de Conselhos Gestores e/ou Consultivos formados por parceiros comprometidos com a gestão e a manutenção da casa.

> Identificação de parceiros potenciais.

> Criação do sistema de planejamento, monitoramento e avaliação da rede e das Casas do Patrimônio.

> Adoção de modelo de gestão participativa com o funcionamento sistêmico de instâncias e espaços de reflexão e avaliação.

> Garantia da presença do IPHAN na implantação e funcionamento das Casas do Patrimônio.

ASPECTOS OPERACIONAIS

> Formação de equipe de gestão.

> Definição de garantias de orçamento de quadro de pessoal e da responsabilidade dos entes parceiros na sua manutenção.

> Qualificação continuada do quadro de pessoal da Casa do Patrimônio.

> Elaboração de cronograma de atividades em consonância com o planejamento estratégico construído de forma compartilhada entre os parceiros da Casa do Patrimônio.

RECOMENDAÇÕES AO IPHAN

> Estabelecer como princípio que a ação educativa seja componente das ações institucionais de gestão do patrimônio, com previsão de recursos específicos.

> Formulação do planejamento plurianual compartilhado com a rede das Casas do Patrimônio.

> Orientação para que o percentual de recursos referentes à Educação Patrimonial e relativo a pesquisas arqueológicas concedidas pelo IPHAN seja destinado a ações educativas das Casas do Patrimônio.

> Articulações para que haja vinculação orçamentária ao Fundo Nacional de Cultura, com a perspectiva de ser incorporado ao Fundo Setorial do Patrimônio Cultural.

> Definição de modelo de gestão por meio de Termo de Compromisso ou Contrato de Gestão (DAF-IPHAN/ Unidades / Parceiros).

> Criação de um edital anual de fomento às ações educativas das Casas do Patrimônio, acompanhadas de pesquisa e divulgação.

> Estruturação e/ou aquisição de espaço físico próprio para as Casas do Patrimônio, preferencialmente integrados às atividades institucionais.

> Qualificação do corpo técnico e administrativo do IPHAN para atuação junto às Casas do Patrimônio.

ASSINAM

Aguinaldo Ribeiro de Carvalho – Casa do Patrimônio de Iguape - SP
Alexandra Virgínia Mota – Museu de Arte Contemporânea – UFF - RJ
Átila Bezerra Tolentino – Gestor IPHAN - PB
Carina Mendes dos Santos Melo – Arquiteta da Superintendência do IPHAN - SP
Carlos Alberto Pereira Jr. – Secretário Municipal de Cultura – Iguape - SP
Célia Perdigão – IPHAN - CE
Celmar Ataídes Junior – Diretor da TV da Universidade Federal de Ouro Preto - MG
Claudia Itaboraí Ferraz – Psicóloga da Prefeitura Municipal de Ouro Preto - MG
Elizabete Vicari – Laboep – UFF - RJ
Evelina Grunberg – Museu da Abolição – Recife - PE
Fernanda Rocha – Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB
Francisco Allemberg – Presidente da Fundação Casa Grande - CE
Frederico Faria Neves Almeida – Superintendente do IPHAN - PE
Guilherme Carvalho da Silva – Centro Nacional de Arqueologia – CNA/IPHAN
Ítala Byanca M. da Silva – IPHAN - CE
Ivarnice Gomes Wolf – IPHAN - BA
José Clodoveu de Arruda Coelho Neto – Superintendente do IPHAN - CE
Josélia de Almeida Martins – Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa - PB
Josilane Maria do Nascimento Aires – Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa - PB
Juca Villaschi – Chefe do Departamento de Turismo da UFOP – Ouro Preto - MG
Leonardo Falangola Martins – Arquiteto do IPHAN - SP
Luciana Moreira – Casa do Patrimônio de Iguape - SP
Luis Guilherme Vergara – UFF - RJ
Márcia Rollemberg – Diretora do Departamento de Articulação e Fomento – IPHAN
Maria das Mercês Torres Parente – Consultora do Ministério do Turismo
Maria Elizabeth Negrão – Prefeita Municipal de Iguape - SP
Maria Emília Lopes – IPHAN - PE
Maria Olga Enrique Silva – IPHAN – João Pessoa - PB
Maria Hosana Magalhães Viana – Secretaria de Educação do Ceará
Marinalva Batista Santos – IPHAN - BA
Pedro Gustavo M. Clerot – Coordenação de Educação Patrimonial – IPHAN
Rosemeire Castanha – IPHAN - SP
Rosiane Limaverde – Fundação Casa Grande de Nova Olinda - CE
Simone Monteiro Silvestre – IPHAN – Ouro Preto - MG
Simone Scifoni – USP
Sônia Rampim Florêncio – Coordenação de Educação Patrimonial – IPHAN
Tadeu Gonçalves – Coordenador de Educação Patrimonial – IPHAN

Anexo 2

TEXTO BASE PARA UMA POLÍTICA NACIONAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Eixos Temáticos, Diretrizes e Ações

Documento final do *II Encontro Nacional de Educação Patrimonial*

Ouro Preto - MG, 17 a 21 de julho de 2011

Eixo Temático 1 – Perspectivas Teóricas em Educação, Patrimônio Cultural e Memória

Elaborado a partir das discussões do GT-4 do II ENEP

Diretriz 1	**Criar mecanismos que permitam o debate e o aprofundamento da base conceitual e dos referenciais teórico-metodológicos, bem como a sistematização e a difusão da produção bibliográfica e da diversidade de experiências e inovações na área, considerando a troca entre os diferentes campos do conhecimento tradicional e acadêmico em sua interdisciplinaridade.**
Ação 1	Criar linhas de incentivo, premiação e financiamento à produção científica na área de Educação Patrimonial, assim como estratégias para sua divulgação.
Ação 2	Criar e alimentar banco de experiências em Educação Patrimonial, em nível nacional e internacional, estabelecendo estratégias de difusão e popularização do acesso, como publicações, redes sociais, bibliotecas virtuais, entre outras.
Ação 3	Garantir e promover o registro, a interação e a visibilidade do conhecimento proveniente dos saberes, das práticas e experiências de indivíduos, grupos e comunidades.

Diretriz 2	**Fomentar e promover programas e projetos de formação interdisciplinar em diferentes espaços educativos e culturais.**
Ação 1	Fomentar parcerias entre instituições, profissionais e sociedade civil, com o objetivo de formar, qualificar e capacitar agentes da Educação Patrimonial.
Ação 2	Desenvolver cursos técnicos, de extensão e de pós-graduação, em níveis de *Lato Sensu* e *Stricto Sensu,* em Educação Patrimonial, de acordo com as diretrizes da PNEP.

Diretriz 3	**Promover uma atitude proativa de caráter dialógico entre a comunidade escolar e as instituições que atuam na área, mediadas pelo Patrimônio Cultural.**
Ação 1	Inserir, em caráter transversal, a temática do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial, de acordo com as diretrizes da PNEP, nos cursos de formação inicial e continuada de professores.
Ação 2	Fomentar a elaboração e a produção, o registro e o intercâmbio e a circulação de materiais de apoio didático, de acordo com as diretrizes da PNEP para a disseminação da temática da Educação Patrimonial no ensino escolar e nos cursos de formação inicial e continuada de professores.
Ação 3	Viabilizar o acesso público a acervos que contenham informações sobre os bens culturais e que estejam sob a guarda de instituições públicas e privadas.
Ação 4	Criar mecanismos de incentivo às experiências referenciais de Educação Patrimonial na educação escolar, por meio de reconhecimento e financiamento.
Ação 5	Inserir ações de Educação Patrimonial de acordo com as diretrizes da PNEP no processo de educação integral, integrada, integradora e em tempo integral, contribuindo estrategicamente para o fortalecimento da PNEP e para o desenvolvimento sustentável local.

Eixo Temático 2 – Educação Patrimonial: participação social e sustentabilidade

Elaborado a partir das discussões do GT-3 do II ENEP

Diretriz 1	**Garantir que ações educativas antecedam e permeiem as ações reguladoras e de gestão.**
Ação 1	Criar mecanismos legais e normativos para que todos os trabalhos de instituições vinculadas a bens culturais tenham por base a Educação Patrimonial, pautada na participação social.
Ação 2	Incorporar ações educativas pautadas nas diretrizes da PNEP, no âmbito da instrução técnica dos processos de reconhecimento, acautelamento, fiscalização, licenciamento e promoção do Patrimônio Cultural.
Ação 3	Incluir na gestão dos tombamentos já consolidados propostas educativas que periodicamente propiciem o reconhecimento, a valorização e a responsabilização coletiva pela preservação dos bens culturais, bem como o aperfeiçoamento dos critérios de avaliação realizados em instâncias participativas, como conselhos paritários deliberativos de ampla participação popular.

Diretriz 2	**Fomentar a participação social na área da Educação Patrimonial, para a elaboração de estratégias de sustentabilidade visando a construção e a aplicação de políticas em prol de justiça social, correção ecológica, viabilidade econômica e aceitação da diversidade.**
Ação 1	Reconhecer, legitimar e garantir a participação social em todas as instâncias e processos de fomento e incentivo à Educação Patrimonial.
Ação 2	Incentivar a criação de conselhos gestores paritários entre instâncias do governo e da sociedade, no âmbito das políticas de Patrimônio Cultural, como espaços legítimos para deliberação.
Ação 3	Estabelecer parâmetros para avaliação e aprovação de ações de Educação Patrimonial com base nas diretrizes da PNEP em processos de licenciamento ambiental e garantir a sua implementação.

Eixo Temático 3 – Educação Patrimonial, Espaços Educativos e Cooperação

Elaborado a partir das discussões do GT-2 do II ENEP

Diretriz 1	**Potencializar os espaços educativos, considerando como legítimos todos aqueles que propiciem práticas de aprendizagens coletivas reconhecidas pela comunidade local, assim como a ação educativa dos seus diversos agentes.**
Ação 1	Regulamentar, fortalecer e dar visibilidade às Casas do Patrimônio como espaços educativos e de cooperação e participação na gestão da Política Nacional de Patrimônio Cultural.
Ação 2	Motivar, articular e consolidar redes de agentes nos diversos espaços educativos culturais, visando estabelecer o intercâmbio entre as diferentes práticas, ampliar a reflexão metodológica e contribuir para a organização do setor.
Ação 3	Articular e mobilizar representações dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nas ações dos espaços educativos, como populações tradicionais, mestres da cultura popular, tradicional e de ofícios, lideranças étnicas, entre outros.
Ação 4	Criar mecanismos que garantam o fomento, o financiamento e a avaliação dos diversos espaços educativos onde acontecem ações de Educação Patrimonial.

Diretriz 2	**Garantir a constante capilaridade e a gestão compartilhada dos espaços educativos entre governo e sociedade civil na implantação e no desenvolvimento da PNEP.**
Ação 1	Criação e adoção de ferramentas que garantam a comunicação, a circulação de informações e a colaboração de saberes por meio de grupos de trabalho, fóruns, redes e conferências, com participação da sociedade civil para articulação, fomento e disseminação da PNEP.
Ação 2	Constituir equipes inter e multidisciplinares, promotoras de crescimento exponencial para a formação de agentes multiplicadores capazes de fortalecer as ações de Educação Patrimonial nos diferentes territórios.
Ação 3	Reconhecer, fomentar e promover o protagonismo dos atores sociais e das instituições educativas culturais locais, identificando parceiros potenciais para a implantação da PNEP.
Ação 4	Potencializar e articular museus, bibliotecas, arquivos, pontos de cultura, pontos de memória, cineclubes, entre outros, como espaços educativos e de colaboração e construção de saberes.

Diretriz 3	**Propor e garantir estratégias e mecanismos que promovam o intercâmbio e a articulação entre os diversos atores envolvidos na construção das ações e na implementação das políticas de Educação Patrimonial.**
Ação 1	Constituir comitês interinstitucionais para formulação, planejamento e execução dos programas da PNEP, contemplando a participação de instâncias governamentais e da sociedade civil em um processo democrático e legitimador que garanta a representatividade da diversidade de grupos formadores da sociedade brasileira.
Ação 2	Promover a criação e o funcionamento da Rede Nacional de Educação Patrimonial, com a função de articular iniciativas, ações e redes colaborativas, bem como a troca de experiências entre seus membros.
Ação 3	Fomentar a realização de fóruns regionais e nacionais periódicos que contemplem relatos e trocas de experiências e propiciem o aprofundamento teórico do campo da Educação Patrimonial.

Eixo Temático 4 – Educação Patrimonial, Marcos Legais, Gestão e Avaliação

Elaborado a partir das discussões do GT-1 do II ENEP

Diretriz 1	**Promover a gestão compartilhada da Política Nacional de Educação Patrimonial – PNEP com a participação dos diferentes entes federativos e da sociedade civil, garantindo-se a cooperação intersetorial, interinstitucional e o controle social.**
Ação 1	Fortalecer o campo da Educação Patrimonial na agenda do Conselho Nacional de Políticas Culturais, de conselhos de cultura, patrimônio e educação em nível estadual, do Distrito Federal, municipal e local, por meio da criação de câmaras setoriais.
Ação 2	Criar conselhos gestores, deliberativos e consultivos nas três esferas de governo, com representação paritária, para planejar, monitorar e avaliar a implementação da PNEP.
Ação 3	Realizar fóruns nacionais bienais e apoiar a realização de fóruns regionais e locais e outras formas de intercâmbios presenciais, com vistas a discutir e avaliar a implementação da PNEP.
Ação 4	Firmar acordos de cooperação técnica e financeira ou instrumentos semelhantes, com o objetivo de implementar a PNEP.

Ação 5	Promover a Educação Patrimonial para profissionais envolvidos com o Patrimônio Cultural nas diferentes esferas da sociedade e do governo.
Ação 6	Promover a articulação dos diferentes setores institucionais, técnicos e da sociedade civil organizada que tenham corresponsabilidade no campo das ações de Educação Patrimonial, por meio da criação de comitês locais.

Diretriz 2	**Estabelecer procedimentos permanentes de mapeamento, monitoramento e avaliação da PNEP, incluindo a elaboração de indicadores quantitativos e qualitativos.**
Ação 1	Criar cadastro nacional das instituições que atuam com Educação Patrimonial.
Ação 2	Mapear programas, projetos e ações das três esferas de governo e da sociedade civil, que mantêm interface com a temática da Educação Patrimonial, para efetivação da PNEP.
Ação 3	Constituir sistema de gestão da informação para acompanhamento, amplo acesso e compartilhamento de informações sobre as ações de Educação Patrimonial.

Diretriz 3	**Garantir e incrementar os recursos para a PNEP, por meio de orçamentos próprios dos governos federal, estaduais, distrital e municipais, de leis de incentivo à cultura, ações de fiscalização e de licenciamento, de acesso a fundos públicos, de recursos advindos de multas aplicadas por órgãos de proteção e de outras formas de financiamento e fomento.**
Ação 1	Criar e implementar um Programa Nacional de Educação Patrimonial, com orçamentos públicos previstos nos planos plurianuais, garantindo-se os fluxos contínuos e a sustentabilidade das ações.
Ação 2	Criar e fortalecer editais de fomento, financiamento e reconhecimento de ações, projetos, pesquisas e trabalhos de extensão em Educação Patrimonial.
Ação 3	Garantir que sejam realizadas ações de Educação Patrimonial seguindo diretrizes da PNEP e que seja promovida sua divulgação nas ações implementadas pelos órgãos de patrimônio e nos processos afins ao Patrimônio Cultural selecionados e aprovados pelas leis de incentivo à cultura.
Ação 4	Criar cargos e realizar concursos públicos para planejamento, implementação, gestão e avaliação da PNEP, nos três níveis de governo.

Diretriz 4	**Formular marcos legais que regulamentem a PNEP.**
Ação 1	Sistematizar as normas relativas à Educação Patrimonial e correlatas, aperfeiçoando-as, quando for o caso.
Ação 2	Elaborar e aprovar instrumentos jurídicos normativos que regulamentem a Educação Patrimonial.

Diretriz 5	**Promover e divulgar a PNEP, suas ações e seus resultados, garantindo a participação social por meio de canais interativos e democráticos.**
Ação 1	Criar e implementar um plano nacional de comunicação, garantindo-se ações permanentes e campanhas educativas e promocionais, com a participação social, para implementação da PNEP.
Ação 2	Criar canais de interlocução e ações efetivas entre os setores públicos e as instituições responsáveis pelo patrimônio, por meio de convênios, consórcios e colaboração técnica.

Anexo 3

I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Sistema Nacional do Patrimônio Cultural

Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão

Ouro Preto, 13 a 16 de dezembro de 2009

RELATO

Mesas:

03 – Educação Patrimonial: perspectiva de interação e ação nas comunidades

13 – Educação Patrimonial: perspectivas de inserção na educação formal

Coordenadora: **Sônia Rampim Florêncio**
Relatora: **Elizabete Vicari**

1. Desafios para a formulação da Política Nacional de Educação Patrimonial

a) Ausência de políticas de educação e formação que articulem processos institucionais.

b) Articulação institucional entre as diferentes ações educativas implementadas pelos diferentes departamentos (DEPAM, DPI, DAF), como, por exemplo, oficina escola, cursos de capacitação de guias turísticos e taxistas, ações educativas e de fomento às culturas populares do Centro Nacional de Folclore, entre outras.

c) Gestão compartilhada das Casas do Patrimônio, em consonância com o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, por meio de:

> Envolvimento das instituições educacionais formais e informais nos processos de Educação Patrimonial;

> Estímulo para que estados e municípios criem instrumentos legais que garantam suas participações continuadas nas Casas do Patrimônio;

> Definição de instrumentos jurídicos e normativos para as Casas do Patrimônio;

> Criação de conselhos gestores e/ou consultivos formados por parceiros comprometidos com a gestão e a manutenção das Casas do Patrimônio.

d) Entendimento do conceito ampliado de Patrimônio Cultural no Sistema Nacional de Patrimônio.

2. Desafios para a estruturação do Sistema Nacional, no que concerne à temática da Educação Patrimonial

a) Elaboração de mecanismos adequados que permitam a implementação das propostas indicadas pelo Fórum.

b) Adoção de ferramentas que garantam a comunicação e a circulação de informações.

c) Estabelecimento de instâncias de construção coletiva, concertação e deliberação.

3. Potencialidades para a formulação da Política Nacional de Educação Patrimonial

a) O projeto Casas do Patrimônio, que se fundamenta na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o IPHAN, a sociedade e os poderes públicos locais.

b) Ações educativas que se estruturam a partir de diferentes perspectivas e abordagens.

c) O acúmulo do ponto de vista teórico e prático, resultado de um conjunto de investimentos que a área de Promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro, do IPHAN, vem fazendo ao longo dos anos, a fim de estruturar e consolidar um campo de trabalho para as ações educativas voltadas ao conhecimento e à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, quais sejam: as inúmeras iniciativas de Educação Patrimonial implementadas pelas superintendências e instituições ligadas ao IPHAN e por diferentes organizações da sociedade pelo Brasil afora; reuniões técnicas realizadas para tentar organizar e estabelecer uma ação coordenada no campo de ações de Educação Patrimonial; encontro nacional, onde se buscou discutir e propor parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas, nos museus e na sociedade; cursos sobre Educação e Patrimônio Cultural organizados por diferentes universidades do país; oficinas de capacitação em Educação Patrimonial e fomento a projetos culturais para as Casas do Patrimônio.

4. Potencialidades para a estruturação do Sistema Nacional, no que concerne à temática da Educação Patrimonial

a) Casas do Patrimônio como programa centrado na articulação institucional.

b) A premissa de construção coletiva do conhecimento que permeia o conceito de Educação Patrimonial como ferramenta de articulação institucional.

c) Os seminários e os encontros periódicos relativos à Educação Patrimonial serão fóruns de debates interinstitucionais, a fim de fortalecer os laços entre os parceiros do sistema.

5. Parcerias estratégicas para a formulação da política nacional no campo da Educação Patrimonial

a) Diferentes instituições das três esferas de governo.

b) Organizações da sociedade civil locais.

c) Instituições de ensino e pesquisa.

d) Ministério da Educação.

6. Parcerias estratégicas para a estruturação do Sistema Nacional, no que concerne à temática da Educação Patrimonial

a) Instituições responsáveis por outros instrumentos de gestão institucional relativos à preservação do patrimônio, como: a paisagem cultural, os planos de salvaguarda, o INRC, as instruções de processos de tombamento e registro, e outros.

7. Objetivos para os próximos dois anos

a) Criação de um Programa Nacional de Educação Patrimonial.

b) Mapeamento dos investimentos e de políticas de fomento consoantes com as noções ampliadas de patrimônio, museologia social, educação dialógica, conceitos ampliados de arte e cultura no Sistema Nacional de Patrimônio.

c) Articulação da rede das Casas do Patrimônio com as redes já estabelecidas pelo Ministério da Cultura e pelos demais parceiros a serem mapeados.

d) Articulação com instituições de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e convênios.

e) Criação de banco de ações referenciais em Educação Patrimonial.

8. Ações estratégicas que devem ser implementadas de 2010 a 2014

a) Qualificação do corpo técnico e administrativo do IPHAN para atuação nas Casas do Patrimônio.

b) Elaborar instrumentos específicos e adequados – e/ou aperfeiçoar os já existentes – de forma a destinar recursos para as ações educativas relativas ao patrimônio (formulação de planejamento orçamentário; destinação de recursos vinculados às pesquisas arqueológicas; vinculação orçamentária com o FNC; criação de editais).

c) Criação de instrumentos que permitam o fomento da rede das Casas do Patrimônio, principal eixo para a consolidação da Política de Educação Patrimonial.

d) Construção de instrumentos de monitoramento e avaliação dos impactos gerados pela inclusão do tema Educação Patrimonial nas matrizes curriculares.

9. Ações estratégicas que devem ser implementadas em 2010

a) Estabelecer parâmetros para que a ação educativa aconteça de forma articulada com outros atores e com a adoção de princípios que levem em conta as seguintes perspectivas:

> colaboração de saberes;

> protagonismo dos atores locais;

> participação da comunidade de forma integral;

> construção de novas possibilidades de percepção e de atribuição de sentido ao bem cultural (visitas assistidas, expedições patrimoniais, contação de histórias, blogs, círculos de literatura e arte, entre outras;

> promoção da autoestima da comunidade, possibilitando a ressignificação e a relação positiva com a cidade e com o patrimônio;

> formas compartilhadas de agir que permitam a construção de um anseio de pertencimento das pessoas com o lugar.

b) Implementar ações educativas integradas a uma perspectiva de desenvolvimento sustentável que movimente a economia local, mapeando cadeias produtivas relativas ao Patrimônio Cultural do lugar; agregando valor; gerando renda; promovendo a cidadania, possibilitando a inclusão social.

c) Elaboração de regimento próprio para as Casas do Patrimônio.

d) Definição de instrumentos jurídicos e normativos para as Casas do Patrimônio.

Ministério da
Cultura